



EMBALAGENS E RESÍDUOS DE EMBALAGENS

Nacional

Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro

- Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens - revoga o Decreto-Lei n.º 322/95, de 28 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho

Altera os Artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de Maio

- Altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens.

Portaria n.º 29-B/98, de 15 de Janeiro

- Estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às embalagens não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis - revoga a Portaria n.º 313/96 de 29 de Julho.

Decreto-Lei n.º 407/98, de 21 de Dezembro

- Estabelece as regras respeitantes aos requisitos essenciais da composição das embalagens.

Despacho Conjunto ME + MA n.º 289/99, de 6 Abril (II Série)

- Cria o Grupo de trabalho sobre reutilização previsto no n.º 4 do n.º 5 da Portaria n.º 29-B/98 de 15 de Janeiro.

Despacho Conjunto ME + MA n.º 316/99, de 15 de Abril (II Série)

- Determina o modelo de relatório anual de actividade da entidade gestora do sistema integrado.

Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro

- Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais.

Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro

- Estabelece as condições e procedimentos de segurança no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos e altera o Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro.

Portaria n.º 758/2007, de 3 de Julho

- Determina quais as entidades responsáveis pela gestão e recolha dos resíduos de embalagens com capacidade/peso igual ou superior a 250 L ou 250 kg que contiveram produtos fitofarmacêuticos, a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro.

Comunitária**Directiva n.º 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro**

- Altera a Directiva n.º 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens.

Decisão n.º 97/129/CE, da Comissão, de 28 de Janeiro

- Cria o sistema de identificação dos materiais de embalagem, nos termos da Directiva n.º 94/62/CE.

Decisão n.º 99/177/CE, da Comissão, de 8 de Fevereiro

- Estabelece as condições de derrogação para grades de plástico e paletes de plástico no que diz respeito às concentrações de metais pesados estabelecidos na Directiva n.º 94/62/CE.

Decisão n.º 2001/171/CE, da Comissão, de 19 de Fevereiro

- Estabelece as condições de derrogação para embalagens de vidro no que diz respeito às concentrações de metais pesados estabelecidos na Directiva n.º 94/62/CE.

Decisão n.º 2001/524/CE, da Comissão, de 28 de Junho

- Relativa à publicação das referências das normas EN 13428:2000, EN 13249:2000, EN 13430:2000, EN 13431:2000 e EN 13432:2000 no JOCE, no âmbito da aplicação da Directiva n.º 94/62/CE.

Decisão n.º 2005/270/CE, da Comissão, de 22 de Março

- Revoga a Decisão n.º 97/138 e estabelece novos formulários relativos ao sistema de bases de dados nos termos da Directiva embalagens.